

MAFALDA MIRANDA BARBOSA

# INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

ENTRE A UTOPIA E A DISTOPIA, ALGUNS  
PROBLEMAS JURÍDICOS

 GESTLEGAL

# ÍNDICE

Nota prévia .....	5
-------------------	---

## I.

### A PERSONALIDADE JURÍDICA ELETRÓNICA

1. Formulação do problema.....	7
2. Em defesa da personalidade jurídica eletrónica .....	9
2.1. Fator filosófico: o homem como o indivíduo eminentemente racional. Do individualismo cartesiano ao transumanismo .....	9
2.2. Fator científico-filosófico: a autonomia empobrecida e o alegado determinismo neuronal.....	15
2.3. Fator dogmático-jurídico: a conceptualização formalista .....	21
3. A rejeição da personalidade jurídica eletrónica.....	26
3.1. A conceção de homem: o sentido da personalidade e o fundamento da juridicidade .....	27
3.2. O sentido da liberdade/autonomia.....	36
3.3. A recusa da miscigenação entre o homem e a máquina .....	39
3.4. A personalidade jurídica .....	43

## II.

### O APRIMORAMENTO DO SER HUMANO: O *BIOHACKING* E A RESPOSTA DO DIREITO

1. O problema.....	53
2. <i>Biohacking</i> : noção, intencionalidade e potencialidades .....	54
3. <i>Biohacking</i> : riscos e responsabilidades.....	58
4. Um direito ao <i>biohacking</i> ? .....	61
5. O direito como alternativa humana: a resposta em face do <i>biohacking</i> ....	67

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

•

### III. RESPONSABILIDADE CIVIL PELA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

1. As insuficiências dos modelos tradicionais de responsabilidade civil .....	75
2. As soluções .....	91
2.1. Responsabilidade dos entes dotados de inteligência artificial .....	91
2.1.1. Os fundos de compensação de danos causados por entes dotados de inteligência artificial .....	91
2.1.2. Entes artificialmente inteligentes como agentes morais? .....	93
2.2. As hipóteses especiais de responsabilidade pelo risco .....	97
3. A(s) resposta(s) europeia(s) .....	109
3.1. Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, que contém recomendações à Comissão sobre disposições de Direito Civil sobre Robótica (2015/2103(INL)).....	109
3.2. Livro Branco sobre a inteligência artificial .....	119
3.3. A Resolução do Parlamento Europeu 2020/2014 (INL).....	122

### IV. PROTEÇÃO DE DADOS

1. A relação entre os dados pessoais e a inteligência artificial.....	131
---	-----

### V. DESINFORMAÇÃO

1. A relação entre a desinformação e a inteligência artificial .....	153
2. Liberdade de expressão .....	155
3. A relevância jurídica da verdade .....	173
4. <i>Fake news</i> e controlo noticioso .....	179
4.1. Carta dos Direitos Humanos na Era Digital .....	183
4.2. A inteligência artificial .....	187

### VI. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ARBITRAGEM

1. Formulação do problema.....	191
--------------------------------	-----

•

## ÍNDICE

•	
2. A inteligência artificial no seio da arbitragem .....	195
3. Um <i>software</i> juiz-árbitro?.....	198
3.1. Objeções no plano dogmático-normativo .....	199
3.2. Objeções no plano metodológico.....	203
3.2.1. O papel do árbitro .....	203
3.2.2. A inteligência artificial e a racionalidade da máquina.....	208
3.2.3. A decisão judicativa como o resultado da atividade jurisdicional e arbitral. O sentido do direito e o papel especificamente normativo do problema da sua realização .....	212
3.2.4. A inabilidade do algoritmo para atuar humanamente .....	217
Índice.....	221



**GESTLEGAL**

[www.gestlegal.pt](http://www.gestlegal.pt) • [editora@gestlegal.pt](mailto:editora@gestlegal.pt)